



## **RESERVA TATU BOLA: ENTRE A CONSERVAÇÃO DA CAATINGA E A SOBREVIVÊNCIA DAS COMUNIDADES LOCAIS**

**Cimário César Mendes de Lima**  
*Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)*  
[cimario.mendes@ufpe.br](mailto:cimario.mendes@ufpe.br)

**Maria Lidivania Ferreira**  
*Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)*  
[lidivania.ferreira@ufpe.br](mailto:lidivania.ferreira@ufpe.br)

**Daniella Ramos da Silva**  
*Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)*  
[daniella.ramos@ufpe.br](mailto:daniella.ramos@ufpe.br)

**Lizandra Kelly de Araujo Santana**  
*Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)*  
[lizandra.araujo@ufpe.br](mailto:lizandra.araujo@ufpe.br)

**Modalidade:** (X) Texto Completo ( ) Texto em andamento ( ) Resumo expandido

### **RESUMO**

Este trabalho aborda a criação da Reserva Tatu Bola (Refúgio de Vida Silvestre Tatu-bola), localizada nos municípios de Petrolina, Santa Maria da Boa Vista e Lagoa Grande, no Sertão do São Francisco (PE), destacando sua relação direta com o ODS 15, voltado à proteção, recuperação e uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Instituída em 2015 com o objetivo de conter a desertificação e preservar espécies ameaçadas da Caatinga, como o tatu-bola (*Tolypeutes tricinctus*), a reserva rapidamente se tornou palco de intensos conflitos. De um lado, agricultores e pequenos criadores expressam insatisfação pela ausência de consulta pública efetiva, insegurança quanto ao uso da terra e receio de perder suas principais fontes de renda. De outro, organizações ambientais e representantes do governo estadual defendem a preservação como estratégia indispensável para frear a degradação do bioma, que já perdeu cerca de 36% de sua cobertura original e apresenta desertificação em 13% do semiárido. O caso, portanto, expõe o dilema entre manter integralmente a reserva — assegurando compromissos ambientais — ou flexibilizar parte de sua área em favor de demandas sociais e econômicas imediatas.

### **INTRODUÇÃO**



Entre as metas estabelecidas pela Agenda 2030 da ONU, o ODS 15 – Vida Terrestre – ocupa um papel central ao propor “proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e conter a perda de biodiversidade”. Trata-se de um objetivo que vai além da preservação de espécies isoladas: envolve garantir que as próximas gerações possam continuar contando com os serviços ecossistêmicos essenciais para a vida humana, como qualidade do solo, disponibilidade de água, regulação climática e manutenção da biodiversidade.

No Brasil, esse desafio é ainda mais urgente quando olhamos para a Caatinga – o único bioma exclusivamente brasileiro, que cobre cerca de 10% do território nacional (aproximadamente 844 mil km<sup>2</sup>) e concentra grande parte de sua área no Nordeste. Apesar de ser marcada pelo clima semiárido, a Caatinga abriga uma biodiversidade única, composta por plantas e animais adaptados a longos períodos de seca, muitos deles endêmicos – como o tatu-bola (*Tolypeutestricinctus*), que se tornou símbolo internacional da luta pela preservação ao ser escolhido mascote da Copa do Mundo de 2014.

Contudo, a Caatinga enfrenta pressões históricas como desmatamento, queimadas e avanço de monoculturas, o que já resultou na perda de aproximadamente 36% de sua vegetação original (IBGE, 2024). Além disso, cerca de 13% da área total do semiárido brasileiro sofre com processos avançados de desertificação (G1, 2019), ameaçando não apenas a fauna e flora locais, mas também o modo de vida de milhões de pessoas que dependem diretamente desse bioma.

Nesse contexto, foi criada em 2015 a Reserva Tatu Bola – oficialmente denominada Refúgio de Vida Silvestre Tatu-bola –, que abrange áreas nos municípios de Petrolina, Santa Maria da Boa Vista e Lagoa Grande, no Sertão do São Francisco, Pernambuco. Seu objetivo principal é proteger fragmentos estratégicos da Caatinga, garantindo a sobrevivência de espécies ameaçadas e ajudando a conter a desertificação.

Porém, a forma como essa unidade de conservação foi implementada – sem um processo prévio de consulta ampla e diálogo verdadeiro com as comunidades locais – gerou críticas e resistências que persistem até hoje. Agricultores familiares, pequenos criadores de caprinos e ovinos e outros moradores relatam insegurança quanto ao uso da terra, medo de perder a



principal fonte de renda e sentimento de exclusão das decisões que afetam diretamente suas vidas.

Dessa forma, o caso da Reserva Tatu Bola torna-se um exemplo real e atual dos desafios de transformar o ODS 15 em prática concreta: como proteger a natureza sem esquecer das pessoas que dela dependem? Até que ponto políticas ambientais podem ou devem impor restrições? E como equilibrar preservação ambiental e justiça social em um território historicamente vulnerável?

Essas questões servem como ponto de partida para refletir sobre os limites e possibilidades de um desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

## **CONFLITOS E PERSPECTIVAS EM TORNO DA RESERVA TATU BOLA**

A Reserva Tatu Bola, oficialmente chamada de Refúgio de Vida Silvestre Tatu-bola, foi criada em 2015 para proteger áreas estratégicas da Caatinga nos municípios de Petrolina, Santa Maria da Boa Vista e Lagoa Grande, no Sertão do São Francisco, Pernambuco. Essa área é considerada prioritária por abrigar espécies ameaçadas, como o tatu-bola (*Tolypeutesticinctus*), e por ajudar a conter processos graves de desertificação (Brasil, 2015; ICMBio, 2014)

Apesar da relevância ambiental, a criação da reserva gerou intensos conflitos desde o início. Agricultores familiares, criadores de caprinos e ovinos e outros moradores locais relatam a ausência de consulta pública efetiva, insegurança sobre a posse e o uso das terras, além do receio de restrições que possam comprometer a produção agrícola, base da economia regional.

Essas tensões ficaram evidentes em audiências públicas realizadas na Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe) em 2023, onde agricultores e representantes políticos destacaram os prejuízos causados às famílias que dependem da terra. O deputado declarou:

*“A reserva só foi criada porque os agricultores ao longo da vida trabalharam e preservaram a terra. Agora, por ser uma RVS, eles não conseguem obter um financiamento e nem receber incentivos. São donos da terra e não podem usar. A pauta não é apenas ambiental, mas socioambiental. A prioridade agora é resolver o problema das famílias e chegar juntos a uma solução” (ALEPE, 2023).*

Um agricultor, dono de terras que integram a reserva e presidente da Associação Comunitária dos Campesinos Afetados pela Reserva de Vida Silvestre Tatu Bola



(ASCCAMP/RVS), afirmou: *“Também perdemos o direito à energia e até mesmo à patrulha de estradas vicinais. Defendo a revogação do decreto que cria a reserva Tatu Bola!”* (ALEPE, 2023).

**Figura 1 – Agricultor José Admilson**



Fonte: ALEPE (2023, online).

**Figura 2 – Deputado Lucas Ramos**



Fonte: ALEPE (2023).

A secretária estadual do Meio Ambiente e Sustentabilidade, representando o governo, ressaltou: *“Precisamos definir juntos com vocês (agricultores) uma solução que avance no sentido de resolver definitivamente o problema. A governadora Raquel Lyra tem acompanhado de perto todo o processo para garantir uma resolução célere e equilibrada”* (ALEPE, 2023).

Em reportagem publicada pela Mongabay em 2024, o agricultor Deusdete do Senhor do Bonfim desabafou:

*“Foi herança do nosso avô, passou pro meu pai, criei os meus filhos e hoje já sou avô. O que nós temos é produzido aqui na terra, trabalhando de sol a sol. Ainda não chegou a ordem, mas o que a gente sabe é que é pra sair sem direito a nada, sem nem poder chupar um umbu do pé de umbuzeiro”* (MONGABAY, 2024, online).

Diante da pressão social, o governo estadual apresentou propostas de conciliação, entre elas: incentivo ao manejo sustentável, apoio à transição para a agroecologia, estímulo ao ecoturismo e à educação ambiental, além de capacitação técnica para auxiliar as famílias na adaptação.

Especialistas, no entanto, alertam que retroceder na proteção da reserva pode acelerar processos irreversíveis, como a perda de espécies, a redução da disponibilidade hídrica e o avanço da desertificação, comprometendo o futuro ambiental e social da região.

**Figura 01 - Tatu Bola**



Fonte: O ECO (2023)

**Figura 02 – Vegetação da Caatinga**



Fonte: G1 (2019)

## **CLÍMAX DO CASO**

Depois de quase uma década de discussões e incertezas, a sociedade local chegou a um ponto de tensão máxima em torno da Reserva Tatu Bola. A pergunta central permanece sem resposta definitiva: Deve-se manter a reserva tal como foi criada, assegurando proteção completa à Caatinga, ou flexibilizar parte da área para atender às necessidades imediatas das famílias que vivem da agricultura e da criação de animais?

A pressão aumentou de todos os lados. Organizações ambientalistas e ONGs, preocupadas com a preservação do bioma e o compromisso internacional assumido pelo Brasil, sinalizaram que podem denunciar a situação a organismos globais caso o governo estadual aprove alterações que reduzam ou fragilizem a área da reserva. Para elas, abrir exceções enfraqueceria todo o sistema de proteção ambiental, colocaria em risco espécies ameaçadas e incentivaria novos casos de recuos em políticas de conservação.

Por outro lado, agricultores e representantes comunitários intensificaram a mobilização junto à Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe), defendendo que as restrições impostas pela reserva comprometem o sustento de centenas de famílias. Para muitos, a prioridade deveria ser garantir meios de vida dignos no presente, especialmente em uma região marcada por desigualdades históricas, vulnerabilidade socioeconômica e os efeitos do clima semiárido.



O governo estadual se vê pressionado a encontrar um caminho que mantenha os compromissos ambientais firmados — incluindo as metas previstas pelo ODS 15 — sem ignorar as demandas legítimas das comunidades locais. Essa encruzilhada reflete um dilema comum em regiões de alta fragilidade ambiental: como proteger um território único e ameaçado sem agravar ainda mais as dificuldades de quem depende diretamente dele para sobreviver?

A complexidade aumenta porque a decisão não afeta apenas o presente: tem implicações diretas sobre a conservação de recursos naturais estratégicos, a imagem do estado frente a acordos internacionais de sustentabilidade e o futuro das novas gerações que ainda dependerão da Caatinga para viver.

## **O DILEMA DA RESERVA TATU BOLA: CONSERVAÇÃO VERSUS SOBREVIVÊNCIA LOCAL**

O conflito da Reserva Tatu Bola vai além de uma simples decisão administrativa: trata-se de escolher qual caminho seguir entre dois interesses que são legítimos, mas que parecem opostos. De um lado, existe a opção de manter a área da reserva, assegurando a preservação da Caatinga, um bioma exclusivamente brasileiro que já perdeu grande parte de sua cobertura original. Essa decisão mostraria o compromisso do Brasil com metas globais, como o ODS 15, e ajudaria a conter o avanço da desertificação, além de proteger as espécies ameaçadas, como por exemplo, o tatu-bola, e garantindo os serviços ecossistêmicos: Solo fértil, o clima e a água que beneficiam toda a sociedade. Porém, isso pode ampliar as restrições ao uso da terra, o que pode aprofundar as dificuldades econômicas de centenas de famílias que dependem da agricultura e da criação de animais para sobreviver.

De outro lado, está a possibilidade de flexibilizar os limites da reserva ou permitir atividades econômicas específicas para atender às necessidades das comunidades locais, ou seja, espaço para plantar, criar rebanhos e gerar renda. Essas atividades, aliás, sempre fizeram parte da realidade do Sertão do São Francisco e constituem, historicamente, o principal modo de subsistência das famílias da região, transmitido de geração em geração como forma de garantir a sobrevivência em um ambiente de condições climáticas adversas. Essa saída abriria espaço para o plantio, a criação de rebanhos e a geração de renda, contribuindo para reduzir os conflitos sociais e aproximar o poder público dos moradores afetados. No entanto, tal medida enfraqueceria a função de proteção integral



da unidade, colocaria em risco espécies endêmicas, poderia estimular o desmatamento e fragilizaria as políticas ambientais já estabelecidas.

Além disso, as consequências desse dilema ultrapassam as fronteiras da própria reserva. O avanço da desertificação, por exemplo, compromete a qualidade de vida de futuras gerações, impacta a economia regional e prejudica a imagem de Pernambuco e do Brasil diante de investidores, certificadoras internacionais e políticas de financiamento que valorizam compromissos com a sustentabilidade.

Essa decisão complexa evidencia que proteger o meio ambiente em regiões vulneráveis não é apenas um desafio técnico ou jurídico, mas também social e ético. Exige encontrar um equilíbrio entre as necessidades de hoje e a responsabilidade de garantir um futuro sustentável para todos.

## **NOTAS DE ENSINO**

### **Resumo e Dilema do Caso**

O caso da Reserva Tatu Bola se insere no debate contemporâneo sobre a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Agenda 2030 da ONU (2015). Em especial, conecta-se ao ODS 15 – Vida Terrestre, que propõe proteger ecossistemas, deter a desertificação e conter a perda de biodiversidade. Entretanto, como destaca a própria ONU, os ODS são indivisíveis e interdependentes, devendo ser tratados de forma integrada. Assim, iniciativas ambientais precisam dialogar também com o ODS 1 (Erradicação da Pobreza), o ODS 10 (Redução das Desigualdades) e o ODS 16 (Instituições eficazes e inclusivas).

A criação da Reserva Tatu Bola, em 2015, buscou atender a esse compromisso ambiental, protegendo fragmentos da Caatinga — bioma exclusivamente brasileiro e já bastante degradado — e espécies ameaçadas, como o tatu-bola. No entanto, a implementação sem diálogo amplo com agricultores, pequenos criadores e moradores locais gerou tensões crescentes. Se por um lado a reserva fortalece compromissos ambientais globais, por outro coloca em risco a segurança econômica de centenas de famílias que dependem da agricultura e da criação de animais para sobreviver.

O dilema que emerge é, portanto, como conciliar compromissos ambientais com justiça social em um território vulnerável. De um lado, está a opção de manter integralmente a reserva, garantindo a preservação ecológica, o combate à desertificação e a proteção de espécies endêmicas, o que



reforçaria a imagem do Brasil no cumprimento dos ODS. De outro, surge a possibilidade de flexibilizar a área protegida ou autorizar usos econômicos específicos, de modo a atender às demandas imediatas das comunidades, garantindo renda e reduzindo tensões políticas.

Ambas as alternativas carregam riscos: preservar integralmente pode agravar desigualdades locais, enquanto flexibilizar pode fragilizar compromissos ambientais e comprometer irreversivelmente a biodiversidade. Assim, o dilema central não é apenas “preservar ou produzir”, mas sim como construir soluções participativas, inclusivas e justas que equilibrem o direito à sobrevivência das populações locais e a necessidade de proteger um bioma único.

Esse impasse reflete um desafio maior enfrentado por países em desenvolvimento: como implementar a Agenda 2030 de forma integrada, evitando que metas ambientais sejam alcançadas às custas de retrocessos sociais. A Reserva Tatu Bola, portanto, se torna um caso emblemático para discutir os limites da sustentabilidade quando a governança ambiental não garante a inclusão das comunidades afetadas.

### **Objetivos Didáticos e Pedagógicos**

- Estimular a análise crítica sobre conflitos entre conservação ambiental e justiça social.
- Discutir o papel das políticas públicas na mediação de dilemas socioambientais.
- Refletir sobre a aplicabilidade do ODS 15 em contextos reais e desafiadores.
- Desenvolver competências de negociação, tomada de decisão e empatia com diferentes atores sociais.
- Integrar teoria e prática em disciplinas ligadas a Gestão Sustentável, Administração Pública e Políticas Ambientais.

### **Fonte de Dados:**

O caso da Reserva Tatu Bola foi construído a partir de dados secundários coletados em diferentes canais de informação. Foram utilizadas matérias de jornais e portais de imprensa, documentos oficiais da Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe) e da Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH), além de relatórios de organizações não governamentais e conteúdos de sites especializados sobre o bioma Caatinga e políticas ambientais no Brasil.

Também foram consultadas páginas institucionais e reportagens que registraram a visão de agricultores familiares, representantes do governo estadual e de organizações ambientais.



O objetivo dessa coleta foi oferecer uma visão plural e equilibrada sobre o conflito, contemplando diferentes atores sociais e políticos envolvidos. Dessa forma, o caso apresenta ao leitor um retrato detalhado e atualizado das controvérsias em torno da Reserva, favorecendo a análise crítica e estimulando a formulação de posicionamentos a partir de múltiplas perspectivas.

### **Público-Alvo**

O caso pode ser utilizado em cursos de graduação e pós-graduação em Administração, Gestão Ambiental e Políticas Públicas. Disciplinas sugeridas: Gestão Sustentável, Responsabilidade Social, Administração Pública, Organizações e Sociedade, Estudos Críticos em Administração. A ideia central é despertar no discente a capacidade crítica para compreender os conflitos e os impactos causados a partir da Reserva Tatu Bola, onde o projeto em si carrega diferentes perspectivas.

O professor pode solicitar que os discentes apresentem argumentos que apontem as problemáticas envolvidas no caso, de um lado, preservar integralmente pode agravar desigualdades locais, por outro lado, flexibilizar pode fragilizar compromissos ambientais e comprometer irreversivelmente a biodiversidade, estimulando como os discentes analisariam a situação compreendendo os diversos cenários existentes. Vale ressaltar que é importante que o professor tenha discutido o assunto em sala de aula em um momento anterior ao de levantamento da discussão entre os alunos.

### **Sugestão de Aplicação em Sala de Aula**

#### **1. Leitura prévia individual do caso e de textos teóricos.**

2. No segundo momento, em sala de aula, **propõe-se a divisão de grupos de dupla ou trio**, onde será discutido o tema do caso na busca de que eles consigam debater sobre o dilema apresentado.

3.. **Pergunta disparadora:** *'Você aceitaria restrições no uso da sua terra em nome da preservação ambiental, mesmo sem compensação financeira imediata?'* A resposta, curta e reflexiva, será usada para captar percepções iniciais e estimular o engajamento com o dilema.

4. **Simulação de audiência pública (opcional):** Para aprofundar a vivência dos dilemas, os grupos podem representar diferentes atores (moradores, poder público, ONGs, pesquisadores etc.) em uma simulação de audiência pública. Essa dinâmica promove a empatia, argumentação e negociação.

5. **Debate em grande grupo e comparação de visões:** Após as discussões em pequenos grupos, a turma se reúne para um debate mediado pelo docente, no qual são comparados os diferentes pontos



de vista, evidenciadas as controvérsias e discutidas possíveis estratégias de mediação e resolução de conflitos.

## **6. Fechamento com proposição de alternativas de política pública.**

Aconselha-se que o docente estimule os discentes a buscar mais informações sobre o caso nos portais de notícias, sites oficiais, portais da Sociedade Civil e sobre o dilema e mais base teórica para apoiar as respostas, inclusive fazendo ligação com as aulas anteriores.

### **Questões para Discussão**

Diante do que foi discutido neste caso, considerando os dilemas existentes entre a preservação ambiental da Caatinga e as necessidades sociais das comunidades locais, as seguintes questões auxiliarão o debate em sala de aula:

1. Quais são os principais benefícios ambientais e sociais de manter a Reserva Tatu Bola?
2. Quais os riscos e desafios da flexibilização da área da reserva?
3. Até que ponto o caso ilustra situações de injustiça ambiental?
4. Como garantir participação efetiva das comunidades locais em processos de conservação?
5. Que políticas públicas poderiam mitigar os impactos negativos sem comprometer a preservação?

### **Análise e Contextualização Teórica**

O caso da Reserva Tatu Bola permite uma articulação direta com os debates acadêmicos e políticos em torno do **Desenvolvimento Sustentável**, da **Justiça Ambiental** e da **Governança Ambiental**, conceitos fundamentais para compreender dilemas em territórios socioambientalmente vulneráveis.

Segundo Sachs (2004), o desenvolvimento sustentável deve ser entendido de forma holística, contemplando simultaneamente as dimensões **econômica, social, ecológica, espacial e cultural**. No entanto, a realidade da Caatinga revela que, na prática, políticas ambientais frequentemente priorizam apenas a dimensão ecológica, deixando em segundo plano os impactos sociais e econômicos sobre populações tradicionais. O dilema da Reserva Tatu Bola explicita esse desequilíbrio: a criação de uma



unidade de conservação atende ao compromisso ambiental, mas gera tensões sociais por não incorporar plenamente as necessidades de quem vive do território.

A **Agenda 2030 da ONU (2015)** reforça essa visão integrada, propondo que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) sejam interdependentes e indivisíveis. O ODS 15 – Vida Terrestre – deve dialogar com outros, como o ODS 1 (Erradicação da Pobreza) e o ODS 10 (Redução das Desigualdades). O caso da Reserva Tatu Bola evidencia justamente essa tensão: ao se concentrar apenas no cumprimento do ODS 15, corre-se o risco de negligenciar dimensões de justiça social que são igualmente centrais para a sustentabilidade global.

No campo da **Justiça Ambiental**, Acsehrad (2004) destaca que a distribuição desigual dos riscos e benefícios ambientais gera **injustiças socioambientais**, sobretudo quando comunidades historicamente marginalizadas são as mais afetadas por projetos de conservação ou de desenvolvimento. A criação da reserva sem ampla consulta pública reflete um processo de tomada de decisão assimétrico, no qual populações locais são tratadas mais como obstáculos do que como parceiras na proteção ambiental. Isso se configura como um exemplo clássico de injustiça ambiental, em que os custos recaem sobre os mais vulneráveis.

Por sua vez, **Carvalho (2014)** argumenta que a justiça social e ambiental só pode ser consolidada por meio de processos participativos que assegurem voz efetiva às comunidades locais. O caso mostra a ausência ou insuficiência desses mecanismos, já que agricultores relatam insegurança e exclusão. Essa lacuna de participação dialoga também com os princípios da **Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 1989)**, que estabelece o direito de povos indígenas e comunidades tradicionais à **consulta livre, prévia e informada** sempre que forem afetados por políticas de conservação ou desenvolvimento. Embora a reserva não envolva povos indígenas diretamente, o princípio da consulta deveria ser estendido a todas as comunidades tradicionais que dependem da Caatinga para sua sobrevivência.

Em síntese, o caso da Reserva Tatu Bola permite analisar como o discurso de sustentabilidade pode se tornar contraditório quando não integra de forma equitativa todas as dimensões do desenvolvimento. Ele convida os estudantes a refletirem sobre como construir arranjos institucionais e políticos capazes de compatibilizar conservação e inclusão social, avançando de uma visão tecnocrática para uma perspectiva de sustentabilidade **justa, participativa e solidária**.



## Roteiro de Discussão

Para a execução da atividade, conforme as orientações dadas por Silva e Bandeira-de-Melo (2021), o professor deve enviar o caso para os alunos, com uma antecedência suficiente para que seja possível uma leitura adequada do caso e a resolução das questões propostas. Segundo os autores, é essencial que as questões designadas pelo professor sejam respondidas previamente, pois isso trará implicações para aplicação e discussão do caso em sala de aula. Recomenda-se um prazo de 15 dias entre o envio do caso e a data marcada para aplicá-lo em sala de aula.

Para a sessão de discussão do caso em sala de aula, considerando que os alunos leram o caso e responderam previamente as questões, Silva e Bandeira-de-Melo (2021) sugerem dois tipos de formatação: para aulas com 2 horas e para aulas com 4 horas. A diferença entre as aplicações é que na formatação de quatro horas, o professor pode formar minigrupos para discussão, antes de trazer a discussão em toda a sala, com o grupo todo.

Quadro 1: Cronograma de execução do caso

ATIVIDADE	Tempo Máximo por sessão	
	Dois horas	Quatro Horas
Orientações sobre toda a atividade relativa a resolução do caso	5 minutos	10 minutos
Formação dos pequenos grupos e discussão do caso nesses grupos	30 minutos	50 minutos
Discussão do grande grupo	40 min	1 hora
Fechamento e considerações finais sobre o caso	20 min	30 min

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. *Justiça ambiental: construção e defesa de territórios de cidadania*. In: H. ACSELRAD (Org.). *Justiça ambiental e cidadania*. Relume Dumará, 2014. p. 13-42.

ALEPE – Assembleia Legislativa de Pernambuco. Alepe ouve agricultores afetados pela Reserva Tatu Bola. 2023. Disponível em: <https://www.alepe.pe.gov.br/2023/10/23/alepe-ouve-agricultores-afetados-pela-reserva-tatu-bola/>. Acesso em: 18 jul. 2025.



ASSOCIAÇÃO CAATINGA. Caatinga, a floresta que é a cara do Brasil. Disponível em:

<https://www.acaatinga.org.br/sobre-a-caatinga/>. Acesso em: 18 jul. 2025.

BLOG DO FINFA. Após quase dez anos de impasse, futuro da Reserva Tatu Bola será debatido.

2025. Disponível em: <https://blogdofinfa.com.br/2025/02/apos-quase-dez-anos-de-impasse-futuro-da-reserva-tatu-bola-sera-debatido-em-audiencias-publicas.html>. Acesso em: 18 jul. 2025.

BRASIL. *Decreto de criação do Refúgio de Vida Silvestre Tatu-bola*. Diário Oficial da União.

2015. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br>. Acesso em: 10 set. 2025.

CARVALHO, C. A. Justiça social e ambiental: um instrumento de consolidação à sustentabilidade. *Revista Eletrônica Direito e Política*, v. 9, n. 2, p. 755-779, 2014.

CBN RECIFE. Alepe propõe audiência pública para discutir solução para Reserva Tatu Bola. CBN

Recife, 20 out. 2023. Disponível em: <https://www.cbnrecife.com/blogdoelielson/artigo/alpes-propoe-audiencia-publica-para-discutir-solucao-para-reserva-tatu-bola>. Acesso em: 17 set. 2025.

CONEXÃO PLANETA. Por que agricultores familiares querem o fim do Refúgio de Vida Silvestre Tatu Bola, uma das maiores reservas ecológicas da Caatinga? Disponível em:

<https://conexaoplaneta.com.br/blog/por-que-agricultores-familiares-querem-o-fim-do-refugio-de-vida-silvestre-tatu-bola-uma-das-maiores-reservas-ecologicas-da-caatinga/>. Acesso em: 18 jul. 2025.

CPRH – Agência Estadual de Meio Ambiente. RVS Tatu Bola. 2021. Disponível em:

<https://www2.cprh.pe.gov.br/uc/rvs-tatu-bola/>. Acesso em: 19 jul. 2025.

FOLHA PE. Em audiência pública na Alepe, governo se compromete com solução para a Reserva

Tatu Bola. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/colunistas/blogdafolha/em-audiencia-publica-na-alepe-governo-do-estado-se-compromete-com-solucao-para-a-reserva-tatu-bola/40591/>. Acesso em: 19 jul. 2025.

FOLHA PE. Futuro da Reserva Tatu Bola será debatido em audiências públicas. Disponível em:

<https://www.folhape.com.br/colunistas/blogdafolha/futuro-da-reserva-tatu-bola-sera-debatido-em-audiencias-publicas/49111/>. Acesso em: 19 jul. 2025.

G1. Desertificação atinge 13% do semiárido brasileiro e ameaça conservação da Caatinga. 2019.

Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/desafio-natureza/noticia/2019/08/20/desertificacao->



atinge-13percent-do-semiarido-brasileiro-e-ameaca-conservacao-da-caatinga.ghtml. Acesso em: 19 jul. 2025.

IBGE. IBGE define bioma predominante em cada município brasileiro para fins estatísticos. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/40519-ibge-define-bioma-predominante-em-cada-municipio-brasileiro-para-fins-estatisticos>. Acesso em: 19 jul. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Biomas brasileiros. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/territorio/18307-biomas-brasileiros.html>. Acesso em: 01 ago. 2025.

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. *Plano de Ação Nacional para a Conservação do Tatu-bola*. Brasília, 2014.

ISPN – Instituto Sociedade, População e Natureza. Ameaças à Caatinga. Disponível em: <https://ispn.org.br/biomas/caatinga/ameacas-a-caatinga/>. Acesso em: 19 jul. 2025.

LAMIR, Daniel. Chapada do Araripe: avanço de monoculturas é visto como ameaça à ‘caixa d’água do Sertão’. Brasil de Fato, Recife, 2025. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2025/03/04/chapada-do-araripe-avanco-de-monoculturas-e-visto-como-ameaca-a-caixa-dagua-do-sertao/>. Acesso em: 18 jul. 2025.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/15>. Acesso em: 19 jul. 2025.

O ECO. Raquel Lyra decidirá o futuro do Refúgio de Vida Silvestre Tatu Bola em Pernambuco. Disponível em: <https://oeco.org.br/reportagens/raquel-lyra-decidira-futuro-do-refugio-de-vida-silvestre-tatu-bola-em-pernambuco/>. Acesso em: 19 jul. 2025.

O ECO. Refúgio Tatu-bola, nova e maior área protegida de Pernambuco. ((o)) eco, 25 mar. 2015. Disponível em: <https://oeco.org.br/noticias/29018-refugio-tatu-bola-nova-e-maior-area-protegida-de-pernambuco/>. Acesso em: 17 set. 2025.

ONU - Organização das Nações Unidas. *Transformando nosso mundo: A Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*. 2015. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/post2015/transformingourworld>. Acesso em: 17 set. 2025.



OIT - Organização Internacional do Trabalho. *Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais*. 1989. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/convencao169> Acesso em: 17 set. 2025.

SACHS, I. *Inclusão social pelo desenvolvimento sustentável*. Garamond, 2024.

SILVA, Adriele Gomes da; et al. O manejo florestal sustentável da Caatinga. *Revista Ibero-america de Humanidades, Ciências e Educação*, São Paulo, v. 7, n. 5, 2021. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/1299/569>. Acesso em: 19 jul. 2025.

SILVA, Cristiane Maria da. Avaliação de impactos do desmatamento da vegetação e propostas de recuperação na comunidade quilombola Cavilhada, município de Flores-PE. 2023. 29 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Tecnologia em Gestão Ambiental) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB, Princesa Isabel, PB, 2023.

SILVA, A. B., & BANDEIRA-DE-MELLO, R. In: SILVA, A. B., & BANDEIRA-DE-MELLO, R (Org). *Aprendendo em ação: A utilização de casos para o ensino na administração*. João Pessoa: Editora UFPB, 2021, p. 108-125.

VIEIRA, Carolina. Porque agricultores familiares querem o fim de uma das maiores reservas ecológicas da Caatinga. *Mongabay Brasil*, 2024. Disponível em: <https://brasil.mongabay.com/2024/07/por-que-agricultores-familiares-querem-o-fim-de-uma-das-maiores-reservas-ecologicas-da-caatinga/>. Acesso em: 01 ago. 2025.